

SEJAMOS TODOS FEMINISTAS: HOMENS CONVERSANDO COM ESTUDANTES SOBRE POSTURAS FEMINISTAS NA FORMAÇÃO DOCENTE

André Luiz Sena Mariano *
Diego Duarte Ribeiro **

Resumo: Neste texto, procura-se, a partir de alguns dos conselhos presentes na obra da escritora nigeriana Chimamanda Adichie *Para Educar Crianças Feministas*, problematizar o que pensam alunos/as de um curso de Pedagogia de uma universidade pública localizada no interior do estado de Minas Gerais. A partir dos dados coletados por meio de entrevistas, foi possível constatar que a área de educação precisa imbuir-se de uma epistemologia feminina, que também considere a produção de conhecimento a partir daquilo que elas afirmaram; que não há espaços especificamente generificados, pois as relações de gênero são atributos inerentes à convivência humana, às relações sociais; e que, por fim, o silenciamento sobre o tema colabora, ainda que não de forma linear e unidirecional, para a produção e reprodução dos pressupostos de uma masculinidade hegemônica.

Palavras-chave: Relações de gênero. Formação docente. Feminismo. Masculinidade hegemônica.

LET'S BE ALL FEMINISTS: TALKING WITH STUDENTS ABOUT FEMINISM POSTS IN TEACHING TRAINING

Abstract: In this text, some of the councils present in the work of the Nigerian author Chimamanda Adichie *"Para Educar Crianças Feministas"*, are trying to problematize what students think of a course of Pedagogy of a public university located in the interior of the state of Minas Gerais. From the data collected through interviews, it was possible to verify that the area of education needs to imbue itself with a feminist epistemology, which also considers the production of knowledge from what they have affirmed; that there are no specifically generalized spaces, since gender relations are attributes inherent to human coexistence, to social relations; and that, finally, the silencing on the subject contributes, albeit not in a linear and unidirectional way, to the production and reproduction of the presuppositions of a hegemonic masculinity.

Keywords: Gender relations. Teacher training. Feminism. Hegemonic masculinity.

Refletir sobre as relações de gênero e os temas a elas atinentes se faz cada vez mais necessário e urgente. Inúmeros são os equívocos e as distorções que têm pairado no ar quando se tentam travar discussões acerca do tema; aquilo que se estruturou como uma potente ferramenta analítica acabou ganhando conotações pejorativas e que, amiúde, colocam em xeque os inúmeros avanços conseguidos pelos/as estudiosos/as da área.

Este texto, parte de pesquisa mais ampla, procurará tencionar alguns elementos

acerca das formas como temas alusivos às relações de gênero são trabalhados no interior de um curso de Pedagogia de uma universidade pública, localizada no interior do estado de Minas Gerais. Para tanto, tomamos como base para as entrevistas os quinze conselhos presentes no livro “Para Educar Crianças Feministas”, da escritora nigeriana Chimamanda Adichie (ADICHIE, 2017).

A escolha pelo livro como parâmetro para o roteiro de entrevista considerou, entre outras coisas, a fácil linguagem aos/às pessoas que ainda não possuem leituras sobre o tema do feminismo; a sua recente publicação e, como consequência disso, a baixa resistência à leitura da obra; e, também, o fato de ter sido escrito por uma mulher negra, permitindo, por exemplo, que as interseccionalidades (LORDE, 2015) entre alguns marcadores sociais (como classe e raça/etnia) pudessem ser problematizadas.

Cada um dos conselhos foi transformado em pergunta e, a partir disso, foi organizado um roteiro de entrevista semiestruturado, permitindo aos/às entrevistados/as que discorressem livremente sobre as impressões que cada pergunta suscitava. Todavia, considerando os imperativos postos por um texto dessa natureza, não trabalharemos com os quinze conselhos, tendo selecionado quatro deles.

Considerando esse breve cenário de coleta de dados, este texto está organizado em dois grandes blocos: no primeiro, destacamos os quatro conselhos que, a partir das impressões dos/as discentes, mais suscitaram discussões e despertaram interesses; no segundo bloco, ousamos problematizar, para além do disposto no livro de Adichie, as formas como o curso de pedagogia em tela tem trabalhado o tema do feminismo; encerramos o texto com alguns elementos que, longe de serem conclusivos, funcionam como desencadeadores para o debate acerca das relações de gênero na formação docente.

PENSANDO COM ADICHIE: alguns conselhos

Conselho 1 - Qual é o peso social da maternidade?

O primeiro conselho de Adichie (2017) vai ao encontro de uma postura que compreende tanto feminilidade quanto masculinidade como categorias autônomas, mas que se relacionam (ou, ao menos, deveriam) estar em condições de igualdade. A

experiência da maternidade é uma possibilidade para a mulher, da mesma forma que a paternidade é para o homem, mas em uma sociedade que privilegia o que está ligado à masculinidade, ser mãe tem um peso significativamente maior.

A ideia de que a mulher nasceria dotada de instinto maternal é comum. Essa capacidade, que seria inata à condição feminina, não se manifestaria no masculino. A este caberia o papel de provedor do grupo familiar, enquanto, à mulher, o de cuidado da casa e dos filhos.

É importante destacar que se, à primeira vista, essa visão de mundo pode ser considerada descabida ou ultrapassada, de certo modo, ela está presente na concepção de algumas estudantes entrevistadas:

A maternidade ela é complexa. Ela não é só você colocar um filho para fora da barriga entendeu? Você tem que ser mãe. É uma vida que saiu de dentro de você, que está ali ligada a você. (Alessandra¹).

Para Alessandra, a maternidade é muito mais que a gestação ou o cuidado com a criança. É um vínculo que se estabelece entre a mãe e o filho. A relação da mãe com a criança iria para além das funções biológicas e se estabeleceria no campo da afetividade. Uma relação de dependência, pois a existência da mãe, de alguma forma, é reestruturada e dimensionada pela do filho.

Realmente a figura materna é importante para o desenvolvimento da criança, mas não é imprescindível. Elisabeth Badinter, ao analisar as relações familiares francesas dos séculos XVI a XVIII, descreve o costume da época praticado pelas famílias mais abastadas:

No século XVII e sobretudo no século XVIII, a educação das crianças das classes burguesas ou aristocráticas segue aproximadamente o mesmo ritual, pontuados por três fases diferentes: a colocação na casa de uma ama, o retorno ao lar e depois a partida para o convento ou internato. A criança viverá no máximo, em média, cinco ou seis anos sob o teto paterno, o que não significa absolutamente que viverá com os pais (BADINTER, 1985, p. 119).

O costume de entregar a criança recém-nascida à ama estendeu-se desde a nobreza até as classes populares. Por diferentes razões, o cuidado infantil era delegado a outra mulher que não a mãe, o que não aliviava o fardo da mulher, pois, sem o filho pequeno para lhe ocupar, sobrava-lhe tempo para outras responsabilidades de esposa. No caso das famílias mais pobres, esse “tempo ocioso” seria para auxiliar o marido em sua atividade (BADINTER, 1985).

Somente mais tarde o amor materno tomaria o *status* que tem hoje. O que não quer dizer que o afeto entre mãe e filho seja uma invenção moderna; ao contrário, como as relações sociais cambiaram para as configurações atuais, os sentidos e significados gerados também se transformaram. Assim como há afetividade entre a mãe e filho, há também com o pai, avós, irmãos ou qualquer outra pessoa que assuma a responsabilidade com o cuidado de uma criança.

A romantização do amor materno torna esse sentimento um fardo para as mulheres ao mesmo tempo em que encobre a responsabilidade igualitária de outros atores pelo cuidado infantil, como o pai, por exemplo. A ideia de que o laço de afeto entre a mãe e o filho é natural não apenas torna-se um fardo para as mulheres – uma vez que a experiência da maternidade nunca é única, mas diversa cada mulher é afetada de uma forma específica – como também legitima o distanciamento ou ausência do pai. Essa ausência na criação dos filhos tem uma tolerância maior socialmente. Seria natural o homem abandonar um filho ou filha, pois não seria dotado de um instinto tão forte como o maternal. O homem teria um “aborto socialmente consentido e legitimado”.

Uma outra entrevistada chamou a atenção, de maneira mais enfática, para o dom. Se, para Alessandra, a experiência da maternidade criaria um vínculo afetivo entre mãe e filho, para a discente Vitória, essa ligação somente seria possível àqueles – tanto a mãe quanto o pai – que tivessem um dom:

Realmente a maternidade é uma dádiva, mas nem toda mulher tem o dom. Então eu acredito que... é uma escolha do casal. É uma dádiva sim, mas não pode ser definida só por ser uma dádiva. Tem que ter o dom para ser mãe e pai. Até porque tem muita mãe que é mãe e pai. (VITÓRIA).

O termo dom aqui foi utilizado como a posse de habilidades e competências para se executar uma ação, no caso a gestação e o cuidado com a prole, mas que não poderia ser adquirido por meio de treinamento, pois seria algo inato a alguns seres humanos, talvez para a maioria, mas não para todos. A maternidade e a paternidade, ao serem relacionadas ao dom, assumem um caráter atemporal, o que implica aceitar que a vivência e as experiências dos indivíduos não importariam: ou se nasce sabendo ser mãe e pai ou não.

Considerando que ninguém nasce sabendo tudo, essa concepção essencializada da maternidade/paternidade produz dois efeitos, ambos com graves consequências para a mulher. Primeiro, insegurança e frustração como mães, ou seja, todas as dúvidas sobre como cuidar de uma criança, comuns principalmente para pais de primeira viagem, tornam-se algo maior, próximo a um atestado de incompetência. Como é esperado que o homem não tenha as habilidades necessárias, ele é bonificado em apenas demonstrar interesse pela cria, enquanto a mulher terá que saber ser detentora de todas as qualidades de uma boa mãe. Segundo, que ser uma boa mãe tem um peso enorme em ser considerada uma boa mulher e, o contrário também, ser uma boa mulher implicaria ser uma boa mãe, ou seja, a própria feminilidade seria um dom.

A perspectiva do dom subestima a capacidade humana de produzir novos significados a partir da sua experiência. Já que seríamos pré-programados, não haveria o porquê de nos preocuparmos com tais questões. Como a realidade é muito mais complexa, é fundamental que tais posicionamentos sejam questionados.

Apesar dessas perspectivas que aqui definimos como essencializadas, há, por parte dos/as discentes entrevistados/as, aqueles/as que compreendem a maternidade/paternidade não como um destino ou vocação dos seres humanos.

Para a discente Adriana:

A sociedade só diz que a mulher é um ser completo se ela for mãe, então se ela não passar por essa etapa vai faltar alguma coisa na vida dela. Isso é totalmente construção. Ninguém diz para você o que você tem que ser. (ADRIANA).

A maternidade, para Adriana, tem um sentido anterior às expectativas sociais e seria, portanto, uma decisão individual. A realização pessoal não dependeria da procriação. Não há um vínculo de dependência. Para a mulher realizar-se, a gestação não seria uma cláusula vinculante, mas uma possibilidade com diversos significados. Ao mesmo tempo, ela questiona a maternidade como uma obrigação social para a mulher. A função reprodutiva humana é cercada por diversas formas de compreensão do mundo. As relações de gênero e todo seu peso político estão presentes nessas compreensões

Conselho 2 - Trabalho de casa é coisa de mãe?

O espaço público é um campo dominado pelo masculino ao passo que o doméstico, mesmo sob o domínio masculino, seria considerado feminino. Nessa perspectiva, o cuidado infantil seria uma obrigação feminina.

Essa é uma forma de divisão do trabalho muito forte e comum. O homem provedor, a mulher cuidadora. Tão forte que, mesmo com as transformações nas relações de trabalho, ainda se considera o cuidado infantil como sendo de responsabilidade feminina. Seria natural para a mulher saber cuidar dos filhos. A educação da menina é cercada por brincadeiras e momentos lúdicos em que esse “dom” pode ser aprimorado, pois seria importante abordar certos aspectos do cuidado infantil para que, no futuro, a menina seja uma boa mulher; ao menino, o processo educativo teria que lhe preparar para outras habilidades.

Essa divisão da forma de brincar tem efeitos práticos. O primeiro reproduzir, já na infância, a divisão das relações de gênero, garantindo que o feminino e masculino adequem-se a seus lugares e, segundo, garantir a masculinidade do menino. Poucas coisas aterrorizariam mais as famílias do que uma filha considerada socialmente inapta ao casamento ou um filho efeminado. No campo doméstico, a mulher cuidadora deveria garantir a sobrevivência dos filhos. O pai participaria desse cuidado mais como um apoio do que um sujeito do processo.

As relações familiares são cambiantes. Esse modelo familiar burguês, com certeza, não representa a maioria das relações, mas permanece vinculado ao padrão

nas mídias e compreendido como correto. A figura masculina na família ocupa um espaço mais cômodo do que a feminina.

Em sua entrevista, a discente Valentina ressaltou a importância da figura paterna, mesmo que não seja a do pai, mas a de algum homem que possa representar o masculino no ambiente familiar.

Eu acho que a criança tem que ter, mesmo que não for o pai, uma imagem paterna na vida dela. Seja um tio, um irmão mais velho, alguma coisa que seja. Tem coisas que ele quer perguntar e não pergunta para a mãe ele precisa daquela imagem masculina para ele. (VALENTINA).

É interessante destacar que, para a discente, mais importante do que a relação que se estabelece no seio familiar, a figura paterna tem uma importância ímpar, norteadora, pois a mãe não teria condições de participar de determinados setores da vida do menino. A ausência da figura paterna significaria um hiato nas relações familiares com possíveis danos ao desenvolvimento dos filhos. O que chama a atenção para a preocupação da discente é a importância da figura masculina. Independente da forma como se componham as famílias, as necessidades da criança serão diversas, mas, com certeza, o exemplo de masculinidade ou feminilidade não seria algo imprescindível, a não ser que se tema a inaptidão das meninas para o casamento ou uma frágil masculinidade dos meninos.

Independentemente das razões, exemplos de masculinidades e feminilidades estarão sempre presentes na vida das crianças ou de qualquer pessoa, tanto no ambiente familiar quanto em outros setores da vida. Não seria possível apartar as relações de gênero da vida cotidiana, pois essa é a primeira forma de classificação social da qual fazemos parte.

A pesquisa demonstrou que mesmo em um ambiente majoritariamente feminino como um curso de graduação em Pedagogia, há posturas individuais que se baseiam em pressupostos tradicionais, isto é, ao mesmo tempo em que enaltece a igualdade entre mulheres e homens, mascara a subordinação feminina.

Para a discente Vitória:

Pai e mãe são a mesma coisa. Hoje em dia existe a questão do feminismo. Todo mundo defender os direitos das mulheres. Eu sou a favor em partes. Pai e mãe tem a mesma missão na formação de um a família, na formação de uma criança. Então não tem como separar. Eles têm a mesma formação. É ser juntos mesmo. (VITÓRIA).

Com certeza a discente tem razão ao dizer que pai e mãe teriam a mesma responsabilidade. Os conceitos de paternidade e maternidade expressam a ideia de responsabilidade pelo(s) filho(s) e/ou filha(s), mas os indivíduos que se tornam pais e mães são diferentes, conseqüentemente viver a paternidade ou a maternidade não é a mesma coisa.

Primeiramente, a decisão de levar a cabo uma gravidez tem conseqüências distintas para homens e mulheres. Um homem que abandona uma mulher grávida, ou seja, que comete um aborto social, conta com uma maior benevolência da sociedade do que uma mulher que opte pela interrupção da gravidez ou que, ao fim dessa, decida entregar a criança para adoção. Até mesmo para famílias em que a participação masculina no cuidado infantil seja ativa, essa participação é vista mais como uma ajuda à mulher do que algo da responsabilidade do homem. Inclusive essa compreensão é comum entre as mulheres.

A sobrecarga do trabalho doméstico para mulheres é um claro exemplo da divisão desigual das relações de trabalho. As relações de gênero impactam sobremaneira nessa divisão reproduzindo a subordinação feminina nessa relação, ou seja, delega a mulher o trabalho braçal e repetitivo do cuidado doméstico. Ao homem o espaço doméstico é o do repouso, descanso.

Conselho 3 - O que você pensa sobre o feminismo leve?

O feminismo é diverso. Tarefa difícil é definir uma vertente como a principal desse posicionamento. Tão pouco condicioná-lo a uma narrativa ou interpretação. Há as demandas das mulheres negras, indígenas, camponesas, sem teto, homoafetivas, enfim, tão diverso como a realidade das mulheres é o feminismo.

Complexo e múltiplo, o feminismo desperta os mais variados entendimentos entre as pessoas. Alguns são frutos de reflexão, outros do senso comum. Sem

intencional condicionar o feminismo, mas procurando apontar caminhos para este trabalho, nos apoiamos na descrição proposta por Daniela Auad (2003) que trata o feminismo, em geral, como um posicionamento crítico e questionador das estruturas econômicas, políticas e sociais.

No dia a dia, é comum termos contato com entendimentos equivocados do que seja o feminismo. A figura de mulheres raivosas, o tratamento do aborto como solução de todos os males, a destruição da família e outras ideias estão presentes no imaginário popular. Como exemplo, destacamos a fala da discente Valentina:

Eu não sou muito a favor do feminismo. Porque as feministas querem tudo para si. Elas excluem muito o homem. A mulher pode isso, a mulher pode aquilo. Existe a Lei Maria da Penha, mas o homem se ele for fraco, ele apanha, não tem problema. Eu acho que o direito tinha que ser igual. Igual mesmo. As feministas exigem muita coisa, mas o trabalho delas continua sendo leve como de mulher. Já que exige direito igual, direito igual para todos. (VALENTINA).

A discente se posiciona por meio da repetição de chavões comumente apontados contra o movimento feminista. É parte desse universo a crença de que a superação das desigualdades presentes nas relações de gênero somente seria possível com a subordinação masculina. É um pensamento distorcido, mas presente em diversos setores da sociedade, inclusive nas universidades.

Outro ponto que chama atenção na fala de Valentina é a citação da Lei Maria da Penha. Para ela, esse é um exemplo de desigualdade e privilégio da mulher, já que um homem mais fraco que determinada mulher poderia sofrer violência e não haveria recursos legais para a punição da mulher. O que é silenciado nessa fala é que toda a estrutura judicial foi construída e é operacionalizada, em sua maioria, por homens. Apesar de haver instrumentos legais para coibir e punir qualquer forma de violência, inclusive as praticadas por mulheres, são elas as maiores vítimas da violência doméstica, fato que a discente parece ignorar.

A discente também questiona as feministas quanto à divisão do trabalho. Para ela, haveria uma negação da mulher em executar trabalhos desgastantes. Segundo Valentina, “As feministas exigem muita coisa, mas o trabalho delas continua sendo leve como de mulher”. Aqui há uma observação essencializada da divisão social do trabalho

em que caberia ao homem o trabalho pesado e à mulher o cuidado com a casa, no máximo alguma atividade fora do ambiente doméstico, mas que não prejudicasse suas obrigações de mãe e mulher. Outra vez é silenciada a condição da mulher na cadeia produtiva, bem como a exploração de sua força de trabalho na execução da tarefa doméstica (não remunerada).

Por fim, Valentina cobra coerência do feminismo, uma vez que para exigir igualdade seria necessário assumir os bônus e ônus dessa igualdade. Essa fala transparece o entendimento de que as relações de gênero são relações harmônicas, o feminismo seria um elemento desestabilizador dessa harmonia. Seu posicionamento demonstra que a subordinação feminina não acontece pelo exercício da força, ao contrário, a força é apenas uma expressão da opressão. A masculinidade hegemônica (CONNELL, 1995), por meio de práticas, que de tão comuns tornam-se naturais, estrutura-se também com o apoio da mulher, quando é incapaz de percebê-la, e conseqüentemente passa a defendê-la. Tal postura seria chamada por Adichie (2017) de feminismo leve.

O feminismo leve ocupa um espaço entre o senso comum e a percepção da subordinação da mulher, ou seja, o indivíduo identifica práticas hegemônicas que beneficiam o que está ligado ao masculino, mas não consegue perceber o feminismo como um instrumento de superação dessa dominação.

Uma vez eu li que dentro do feminismo existem diversas facetas do feminismo. Existe o feminismo da mulher negra, existe o feminismo da mulher retirante... O que veio primeiro (no movimento feminista) foram as mulheres querendo votar. A questão das mulheres negras ainda era invisibilizada. A mulher negra ela foi se reconhecer muito depois. Então ela chegou no movimento feminista muito depois. Eu acho que feminismo assim: ou se é feminista ou não é feminista. Eu acredito que não exista. A gente pode ser neutra no assunto. Nem ser feminista ao extremo e nem não ser feminista. Não me considero feminista, mas também não me considero uma pessoa subjugada aos homens. Entendeu? Não porque eu não apoio. Apoio. Mas também não acho errado e não vejo problema nisso para mim. (DÉBORA).

Débora se posiciona de forma dúbia, mas mais comum do que se imagina, sobre o pensamento feminista. É como se o feminismo pertencesse somente a certas categorias de mulheres, e mais, como se houvesse uma categoria que estivesse à

parte das estruturas de dominação masculina, a qual ela pertenceria. Aliás, ela faz questão de enfatizar sua neutralidade.

Tal posicionamento é, por vezes, compreensível. A subordinação feminina é mais perceptível quando explícita, quando marca o corpo e seu alçóez é visível, ou seja, a violência exercida por um homem – independente de seu parentesco, laço afetivo, das relações de trabalho ou um estranho -, mas a violência simbólica, invisível, embora constantemente presente, somente se faz perceptível por meio de questionamentos e reflexão.

Por outro lado, a fala de Débora nos revela aquilo que Lorde (2007) denomina de interseccionalidade, ou seja, o feminismo não pode ser entendido como algo homogêneo. No seu interior, há uma série de demandas plurais, como, por exemplo, o feminismo negro, o feminismo lésbico. Em outras palavras, não basta conhecer o feminismo, mas a discente sinaliza que seria preciso um olhar mais cuidadoso e que fosse capaz de gerar essas identificações com as agendas dos múltiplos sujeitos. O que pode parecer neutralidade também pode ser lido como elemento potente para a compreensão de silenciamentos no interior do feminismo e de uma compreensão essencializada dele. Um movimento plural como demandas diversas, heterogêneas (AUAD, 2003).

Conselho 4 - Devemos discutir gênero desde cedo?

Gênero não é gerado no interior dos indivíduos e depois exteriorizado. Gênero é algo ensinado. É uma construção cultural e social, o que significa dizer que aprendemos a ser quem somos. O corpo, agente das relações de gênero, é ensinado a ser feminino ou masculino de acordo com os costumes e definições de um determinado tempo e espaço.

A determinação do que é feminino ou masculino não é uma tarefa de uma instituição específica - mesmo que algumas se sintam no direito de determinar - mas são práticas herdadas que, por serem históricas e contraditórias, são questionadas em algum momento e assim transformadas. Mas, se, por um lado, as instituições não

podem determiná-las, por outro, elas podem reproduzir e valorizar algumas práticas como mais corretas ou honradas.

Nos mais diversos espaços, a marca do gênero se faz presente. Desde pequena, a criança aprende que há uma forma correta de estar em sociedade. As brincadeiras, brinquedos, vestimentas, modos, cores são direcionados de acordo com as expectativas que se colocam sobre o corpo infantil a partir de sua função reprodutiva. Os papéis de gênero são absorvidos e vivenciados pelas crianças como se fossem parte de um processo natural do desenvolvimento humano.

Os papéis de gênero, ao contrário do que o senso comum compreende, não são naturais, mas históricos. Assumem uma faceta comum porque são reproduzidos em diversos ambientes e momentos. De tão comuns, são aceitos como normais. Para a discente Alessandra:

Então... eu tenho um pouco de dificuldade com isso. Porque eu ainda tenho enraizado dentro de mim que existem coisas que meninos fazem e, coisas que meninas fazem. Separados. Distintas. (ALESSANDRA).

Mesmo após o ingresso em um curso superior, a discente reconhece sua dificuldade em compreender a natureza histórica e cultural dos papéis de gênero, pois se trata de algo presente em todos os momentos da vida de forma invisível. É vivenciado, mas não percebido. Sem um olhar crítico, questionador, torna-se normal criar uma menina dentro de certos parâmetros para que, no futuro, ela se torne amável, simpática e tenha um bom casamento ou o menino para que seja inteligente, articulado e porte-se como um líder.

A naturalização dos papéis de gênero dá certa legitimidade a todos os que não tem dificuldades para viver suas vidas em comunhão com eles ou o fazem por pressão social, ao mesmo tempo é cruel com aqueles/as que dela divergem ou questionam. O ambiente escolar é um espaço em que os papéis de gênero estruturam a forma como cada corpo deve ser disciplinado. Ainda que haja normativas e ações que tendam a questionar esses papéis, eles permanecem ora silenciados ora explicitados. Para o discente Avigan, a relação entre a família e a escola, no que tange as relações de gênero, são relações tensas e contraditórias:

Às vezes a própria direção da escola, que também é de uma situação mais retrógrada, segura essas informações (relações de gênero) e não quer que passe a frente. Com isso a informação clara não pode ser colocada em sala de aula. As crianças têm a mesma formação que sua família. Se for uma família realmente esclarecida, que tende à questão de igualdade de gênero é lógico que a criança vai chegar com uma bagagem muito mais interessante, mas ao mesmo tempo a criança sem bagagem nenhuma afronta ao pedagogo, afronta aos professores. A questão de não lidar simplesmente com a criança, mas tem que lidar com os pais porque é dentro de casa que ela vai aprender essas questões. Depois vão chegar na escola. (AVIGAN).

Questionar os papéis de gênero ou colocá-los no centro do debate poderia ser algo comum em ambientes escolares, uma vez que é um espaço de diversidade em que as tensões e contradições próprias das relações de gênero se fazem presentes, mas que, segundo Avigan, encontra resistência, às vezes, da própria escola; às vezes, das famílias.

O relato do discente Avigan apresenta situações que demonstram como os papéis de gênero são vivenciados no ambiente escolar. Por um lado, a escola que ignora ou não reconhece a diversidade entre seus alunos e alunas, que anula o debate alegando que gênero e sexualidade são de cunho individual, ou seja, seriam temas que não dizem respeito à instituição (LOURO, 2005). De outro, as famílias e suas próprias concepções. Em ambos, os papéis de gênero estão presentes e são silenciados. Não há um direcionamento institucional que promova novas posturas, salvo quando apresentado por uma situação extrema.

Esse silenciamento é percebido pelo discente que problematiza o conflito que há entre o posicionamento escolar e o familiar:

Todas as leituras que a gente faz nos trazem que isso já está ultrapassado, não existe mais essas questões do que é de menina e o que é de menino. Infelizmente a gente vai encontrar isso... Principalmente na Pedagogia. Na sala de aula há muita coisa enraizada que vem dos pais. Dependendo de como o pai também lida com o filho ele pode se tornar uma pessoa... Um menininho "machistinha" dentro da própria sala de aula. É difícil trabalhar isso com criança. Às vezes é um pouco melindroso porque até o próprio pai com a mãe podem estar ainda nessa situação de não querer que o filho pense dessa maneira. (AVIGAN).

O discente destaca a dificuldade de superar os papéis de gênero. Mesmo ciente de que papéis de gênero não fazem sentido, na prática diária, o/a profissional deve realizar seu trabalho sempre ponderando entre o que sabe e o que é reproduzido pelas crianças. É uma articulação difícil, pois, ao mesmo tempo em que quer, por meio de sua atuação docente, superar o determinismo dos papéis de gênero, tem que saber lidar com valores enraizados pelas famílias.

A tentativa de conciliar o que se deseja com a realidade pode conduzir o/a profissional da educação a silenciar conscientemente as relações de gênero. A discente Carla defende que mais importante que ensinar sobre os papéis de gênero é ensinar sobre o respeito.

Acho que não (Ensinar que papéis de gênero são absurdos), porque principalmente na infância o que a gente precisa é desenvolver na criança é a questão do respeito. Agora a questão do gênero. A influência que a gente tem. Quem vai desenvolver é a própria identidade da criança, não o que a gente vai falar irá influenciar. Eu acho que o respeito é mais importante que esta questão de imposição. (CARLA).

Para ela questionar, os papéis de gênero seria uma forma de condicionamento ou formatação do gênero. O que não faria sentido, uma vez que a real necessidade da criança seria desenvolver o respeito. A fala de Carla aborda os papéis de gênero de forma superficial. Não se trata apenas da falta de respeito, mas algo mais complexo. Os papéis de gênero condicionam o corpo humano a uma configuração fixa em que a masculinidade ocupa um espaço privilegiado, ao passo que o feminino não. A falta de respeito pode ser uma faceta dessa situação desigual, mas não sua origem ou instrumento para sua superação.

A discussão para a superação dos papéis de gênero não pode ser “suavizada”. Ela somente faz sentido quando questiona as estruturas que sustentam a dominação masculina, proporcionando a reflexão sobre as possibilidades de superação dessa dominação (LOURO, 2005).

Para além dos conselhos... de que forma o curso de Pedagogia tem discutido sobre feminismo?

A masculinidade e tudo o que está ligado a ela tem um prestígio social maior que a feminilidade. Essa é uma construção histórica que se estabelece e não é questionada. Isso fica visível quando, por exemplo, apenas homens são lembrados por serem grandes estadistas, intelectuais, cientistas, artistas, escritores e não se questiona o porquê de pouquíssimas mulheres pertencerem a este grupo. Legitimamos estruturas históricas, culturais, políticas e econômicas que silenciaram o feminino e tudo o que não está ligado à masculinidade ou que a contradiz.

A reflexão sobre a história da mulher e o questionamento da forma como a figura feminina foi controlada e posicionada em um espaço de pouca visibilidade permite perceber que a condição da mulher não é algo natural, mas o resultado de anos de subordinação à dominação masculina.

Contraditoriamente, essa subordinação da condição feminina não beneficiou a todos os homens; ao contrário, o prestígio ligado à masculinidade está em vivê-la de uma forma específica. Como há diversas masculinidades (CONNELL, 1995), uma grande parte dos homens não goza desse prestígio em sua totalidade, pois isso seria engessar e essencializar a ideia de masculinidade (o mesmo também se pode dizer sobre as feminilidades).

As estruturas que legitimam a dominação masculina silenciam mulheres e homens. Não de forma igual ou proporcional, pois ser mulher ou assumir sua feminilidade é algo mais complicado socialmente do que ser homem, independentemente da forma como vive sua masculinidade.

Nesse quadro de tensões e contradições, principalmente a partir da segunda metade do século XX, a condição da mulher passou a ser questionada. A presença feminina na academia permitiu a reflexão sistemática da história da mulher e dos processos de opressão. O movimento feminista se constitui como tal e passa a ser norteado pelo entendimento de que a subordinação feminina e, conseqüentemente, a dominação masculina compõe um processo específico de relações históricas passíveis de transformação.

Embora as bases do movimento feminista não sejam relativamente recentes, ainda há grandes confusões na compreensão do que seja o movimento. É comum a ideia de que se trata apenas da transferência de poder, ou de um grupo de mulheres homoafetivas, ou simplesmente de mulheres apoiadoras do aborto de forma irrestrita. Os mitos presentes no senso comum relativos ao movimento feminista originam-se do desconhecimento dos seus objetivos, bem como da diversidade e nuances do movimento.

O desconhecimento sobre o feminismo não está restrito a uma parcela específica da população, ao contrário, em todos os segmentos sociais há uma grande confusão do que seja realmente o feminismo. É difícil pontuar a origem desse desconhecimento, pois se percebe que há diversas variantes. Um ponto provável seria a ideia de que as relações de gênero são relações naturais. Se são naturais, não seria correto contradizê-las ou modifica-las. Como o feminismo não é possível sem uma profunda transformação social, automaticamente é identificado como algo que tentaria desconstruir os “pilares da sociedade”.

Do desconhecimento originam-se concepções equivocadas e descabidas, inclusive por parte de mulheres e de homens que não se identificam com o padrão de masculinidade, mas não são capazes de ver as contradições que vivenciam. Entre as alunas e alunos entrevistadas(os) foi possível observar que posicionamentos conservadores estão presentes na universidade, inclusive em um curso composto majoritariamente por mulheres, o que evidencia as contradições presentes nas relações de gênero.

Assim a impressão que eu tenho... o que eu penso porque eu não li nada a respeito do tema. Feminismo é... como que eu explico? Quando considera essa desigualdade, uma busca para que a mulher tenha os mesmos direitos que o homem no sentido de oprimido como se a mulher fosse oprimida o tempo todo. Não sei se isso é certo. (CARLA).

A discente Carla apresenta algo preocupante em um curso de formação de professoras e professores: a ausência de discussões sobre a realidade feminina no

país. Em sua resposta, Carla justifica seu desconhecimento, que, segundo ela, seria fruto da falta de leitura sobre o tema. Para Maria Eulina Carvalho:

Por outro lado, na formação inicial e continuada de professoras e professores ainda não se dá a devida atenção à problemática da produção das diferenças e desigualdades de gênero, nem como questão específica, nem articulada a outras diferenças e desigualdades sociais e cultural. (CARVALHO, 2010, p. 79).

As relações de gênero não ocupam um espaço privilegiado nos currículos de formação de professoras e professores, ao contrário, são, muitas vezes, negligenciadas. Quando se fazem presentes no formato de um curso ou disciplina, geralmente são ações isoladas oriundas da iniciativa pessoal de uma professora ou professor, como constataram Anderson FERRARI e Roney CASTRO:

Ao analisar as relações que se estabelecem nos cursos de Pedagogia para aprovação de novas disciplinas e propostas no currículo, constatou que uma das oportunidades mais eficazes de introdução de uma 'discussão nova' ocorre pela iniciativa pessoal. (FERRARI; CASTRO, 2013, p. 300).

A discussão sobre as relações de gênero e as estruturas que permitem que essas relações sejam desiguais não pode ser tratada de forma desarticulada do currículo do curso, pois não é um conteúdo que diz respeito a uma área específica do conhecimento, mas que está presente em todos os setores da vida humana. As iniciativas pessoais de inclusão dessa temática no processo de formação docente deveriam ser capitalizadas e articuladas com o currículo, não apenas pontualmente, mas perpassando por toda formação, como consideram Maria Eulina Carvalho e Glória Rabay (2015), ao afirmarem que, entre outras coisas, a transversalização dos estudos de gênero na formação profissional é pertinente porque a problemática das relações de gênero é complexa e indaga todas as áreas do conhecimento.

A discussão sobre as relações de gênero deve ser realizada nos diversos momentos do processo formativo, pois elas representam uma chave de extrema importância para se compreender a sociedade. Quando essa discussão não é

realizada, visões equivocadas ocupam esse espaço, como é o caso da discente Carla, que não tem certeza se a opressão exercida sobre as mulheres seja algo geral e contínuo.

Carla refere-se a sua realidade, ou seja, ela se percebe como um indivíduo livre de opressão – aqui faltou auscultar sobre sua concepção de opressão -, ou seja, por não sofrer nenhuma violência física ou psicológica explícita, ou por não se sentir preterida nos diversos espaços sociais, infere que a opressão feminina, a partir de sua experiência, não seja um fato universal. Seu entendimento somente é possível, pois as desigualdades e contradições das relações de gênero não são percebidas por ela como fruto de uma configuração social. Discutir as relações de gênero permite aos discentes extrapolar os limites da vida pessoal e questionar a vida em sociedade.

Já a discente Débora descreve ter tido contato com o feminismo na universidade, não por causa do currículo oficial, mas por intermédio de grupos feministas universitários. Sua intenção inicial seria a de participar ou manter contato com esses grupos, o que não aconteceu. De acordo com sua resposta, ela não compactua com posicionamentos extremistas que tentam condicionar a feminilidade.

Quando eu entrei na faculdade eu vi que havia os grupos, os movimentos sociais que se relacionam com o feminismo. Eu no começo tive um pouco de vontade de participar, mas depois eu não consegui reencontrar esse interesse. O que eu vejo mais sobre o feminismo, que eu leio mais, são assim... Por exemplo, nesses jornais que são distribuídos aqui na faculdade. Para mim feminismo é assim... Eu ser feminista para mim não é ser extremista da forma como muitos movimentos sociais tratam. De que a mulher meio que... masculinizar a mulher. Para mim ser feminista é ser mulher. Eu acredito que a mulher tem que ter suas vontades, seus desejos. Tem que se realizar como mulher plenamente. Se eu tenho vontade de me vestir de determinada forma e não de outra, de gostar de mulher ou de homem. Isso para mim é ser feminista. É ter vontades e realiza-las independente se isso é socialmente aceito ou não. Independente de religião. Acho que cada um sabe o que é ser mulher para si mesma. (DÉBORA).

O movimento feminista tem como característica a diversidade. Como não há um tipo específico de feminilidade, não há porque o feminismo restringir-se a apenas um formato. Há grupos feministas que se detém na questão da mulher negra, da mulher homoafetiva, da mulher transgênero, da mulher campesina, outros que questionam as estruturas de poder que subjagam o feminino, ou seja, é preciso, sempre, pensar na

interseccionalidade dos marcadores sociais (LORDE, 2007). Suas práticas e objetivos são embasados pelos pressupostos teóricos que adotam. Há uma gama de possibilidades, mas o desconhecimento dessa questão reduz a compreensão do que é o feminismo. Assim, há uma simplificação de sua realidade, prevalecendo a ideia de que se trataria apenas de um grupo de mulheres extremistas e masculinizadas, como é descrito pela discente.

Ao alegar que ser feminista seria ser mulher, Débora restringe uma importante questão ao pensamento feminista, pois esse não se aplica somente ao tocante ao feminino. Ser feminista é compreender e questionar as estruturas sociais que possibilitam a dominação masculina e a subordinação feminina com a finalidade de superá-las e com o objetivo de proporcionar, tanto às mulheres quanto aos homens, uma vida autônoma (AUAD, 2003). O feminismo, desta forma, não significa uma simples oposição ao machismo, mas uma forma diferente de se compreender e viver as diversas feminilidades e masculinidades.

Débora, ao argumentar contra a postura feminista, contraditoriamente, apoia-se em um pressuposto muito caro ao feminismo que é a liberdade de o indivíduo ser e viver da forma que lhe aprouver. Como o primeiro contato com o pensamento feminista foi superficial, a compreensão da discente sobre essa forma limitou-se à visão daquele grupo específico, não possibilitando conhecer ou interessar-se por todas as correntes do feminismo.

Claro que o feminismo não é uma teoria completamente estranha aos/às discentes entrevistados/as. Adriana entende o feminismo com uma ferramenta de resistência: Eu entendo como feminismo, pela minha condição, uma forma de continuar, porque se a gente não se apoia a algo, muitas vezes a gente não tem força para isso. Então acho que é uma forma de continuar e falar eu estou aqui. É isso, no meu entendimento. (ADRIANA).

A condição a qual ela se refere é a de mulher negra. Mesmo em um ambiente em que se pressupõe haver um clima de respeito entre as diferenças, como seria o caso da universidade, as discriminações sociais são reproduzidas, talvez de forma mais velada, mas de toda maneira elas são percebidas e vivenciadas pelos indivíduos que sofrem a discriminação, como é o caso de Adriana. Para ela, o feminismo não se

restringe a um questionamento, vai além. Torna-se um apoio para a autoafirmação e posicionamento crítico frente às tensões que se impõem às mulheres cotidianamente.

No caso do discente Avigan, o desconhecimento já relatado anteriormente também se faz presente. Mas, para ele, a convivência com mulheres do movimento feminista possibilitou uma compreensão de seu papel nessa questão.

Na verdade, eu li muito pouca coisa. O pouco que eu sei me diz que quem sabe o que é a luta feminista são as mulheres. O pouquinho que eu já conversei com amigas que encabeçam coisas na universidade sobre feminismo é que o papel do homem é ficar do lado e dar apoio. Não oprimir... se policiar para não oprimir. Enquanto isso o feminismo é o que elas desejarem. O que elas desejarem ser ou que elas almejam ser, assim por diante. É a luta delas contra a imposição do corpo delas, de roupa, de salário, de tudo. Eu acho que eu não sou a pessoa indicada para falar o que é feminismo. (AVIGAN).

Aqui o feminismo é descrito por Avigan como algo que diz respeito somente às mulheres. Aos homens caberia a função de não atrapalharem o processo de emancipação feminina. Obviamente, não podemos ignorar o peso da experiência concreta da opressão que assola mulheres, mas é preciso reconhecer que homens e mulheres estão ligados às mesmas estruturas sociais. A opressão não se exerce no vazio, bem como a emancipação também não se dá no vazio.

O que é silenciado nesse posicionamento é que as estruturas que possibilitam a dominação masculina também têm consequências danosas aos homens, pois a masculinidade hegemônica exige dos homens a vivência de uma masculinidade padronizada, que contradiz constantemente as diversas masculinidades. Dessa forma, o pensamento feminista não é algo estranho à masculinidade, pois abarca em seu bojo a demanda da libertação masculina também. A superação dessa situação exige uma maneira diferente, não antagônica, de se relacionar feminilidade e masculinidade.

Se, por um lado, há um silenciamento do feminismo no processo de formação docente, por outro há uma grande demanda sobre o tema. Ao serem questionados/as sobre seu posicionamento sobre uma disciplina específica que abordasse o feminismo, as alunas e os alunos concordaram que se trata de algo importante para seu processo formativo, pois há um consenso de que pouco se sabe sobre a temática.

Durante as entrevistas outro fator se destacou: o questionamento de algumas discentes sobre presença de poucas teóricas femininas ou melhor a ausência delas.

A gente vê que a Pedagogia é mais mulher quem faz. A maioria dos docentes são mulheres. Mas eu acredito que talvez estudando mais sobre o papel da mulher. Porque a gente estuda mais os teóricos masculinos na Pedagogia. Jean Piaget, Vigostski, são os básicos. Paulo Freire, Sartre. Então a gente vê muito referenciais teóricos masculinos. Então quem sabe incluindo um pouco mais... A gente sabe que tem, mas só que de repente a gente incluindo a história delas... desses referenciais femininos. Igual Simone de Beauvoir eu vi muito pouco na graduação. Eu que fui fuçando. Fui atrás porque eu achava muito interessante. Eu acredito. (VITÓRIA).

Para Vitória, a presença majoritariamente feminina no curso de Pedagogia não se repete no referencial teórico do curso. Aqui há uma discussão interessante, pois, a escolha dos teóricos que embasam o curso se dá pelo conteúdo de sua obra e a articulação deste com os objetivos do projeto pedagógico, assim não é possível adotar uma obra considerando apenas o gênero do autor. Por outro lado, a pequena participação de autoras mulheres pode dar a ideia de que o mundo acadêmico não seja um espaço para elas ou que não sejam capazes de construir obras significativas, o que não condiz com a realidade.

Na mesma linha a discente Débora questiona a pouca visibilidade dada às mulheres profissionais nas mais diversas áreas do conhecimento.

Pode contribuir trazendo para dentro do curso a realidade das mulheres no país. Por exemplo, hoje eu tenho que apresentar um trabalho sobre cientistas mulheres brasileiras. Na NASA tem a Rosa. Esqueci o nome da mulher... Agora está pesquisando Júpiter e os vulcões que existem em outros planetas. Ela descobriu cinquenta e sete vulcões em Júpiter. (...) A mulher ela só consegue ser alguma coisa de muito de destaque se ela for muito boa naquilo. Então assim, tem muitas mulheres aqui no Brasil, muitas mulheres que foram importantes na história e que estão escondidas. Elas não são trazidas para dentro da faculdade. A Pedagogia principalmente é um campo que você vê que tem muito homem, muito homem que estudou... São homens que investigaram a Pedagogia, que fazem parte da formação do curso de Pedagogia, mas você não vê mulheres. São poucas. Então acho que valorizar essa cultura feminista e trazer ela para dentro da faculdade de Pedagogia é um meio de se ampliar. O curso traz para a gente e a gente leva para o profissional. O pedagogo não fica fechado só na sala de aula, ele tem muitos campos de trabalho. A gente pensa só na sala de aula porque por padronização de pensamento, porque a gente ainda pensa na caixinha, não pensa fora. (DÉBORA).

Débora reconhece a participação da mulher em importantes áreas do conhecimento. A proposta de um trabalho que visibiliza as profissionais mulheres é uma forma de contradizer percepções conservadoras que atribuem apenas aos homens a execução de tarefas complexas, ao mesmo tempo em que promove o debate sobre o reconhecimento profissional das mulheres. Iniciativas assim contribuem para a denúncia de que a mulher tem que se esforçar muito mais que o homem para ter destaque em sua área de atuação.

De toda forma, não se trata de excluir os teóricos homens do processo de formação docente, mas preocupar-se em buscar referenciais femininos que podem subsidiar e colaborar com um processo de formação realmente significativo para as mulheres.

Encerrando o texto, mas iniciando o debate...

Cientes e concordando com os argumentos de Scott (1995), quando afirma, em seu texto clássico, que gênero é um termo potente para perceber as relações constitutivas entre os sexos, bem como compreender as relações de poder existentes, acreditamos que, em primeiro lugar, é preciso questionar a redução do feminismo somente à experiência das mulheres, ou seja, ao lugar de fala e as consequências que ele enseja.

Não é possível ignorar que as práticas machistas afetam, sobremaneira, as mulheres; não se pode minimizar, camuflar ou querer esconder os efeitos do machismo no cotidiano de nossas relações. Entretanto, é preciso pensar que esse assunto não pode continuar dizendo respeito somente às mulheres. Nós, homens, somos responsáveis, ao mesmo tempo, por sua perpetuação e, quiçá, por sua modificação. Compreender, como homens, as questões relativas ao feminismo se faz necessário, uma vez que se assume como homens e mulheres estão, tal qual sugere Scott, imersos em relações que constituem nossas identidades e nossas diferenças. Ou seja, uma compreensão do feminismo, feita também por homens, pode potencializar o reconhecimento de relações, de fato, pautadas no princípio da alteridade.

Em segundo lugar, o que os dados nos sinalizam é para o necessário deslocamento do eixo epistêmico falocêntrico. Em outras palavras, não se trata de uma perspectiva de desconstruir o enredo masculino que rege a lógica de produção do conhecimento científico. Ao contrário disso, é preciso caminhar na direção de trazer à tona os olhares e a epistemologia feminina para o debate. Mas, mais do que isso: não é trazer a epistemologia feminina só para os momentos pontuais em que as discussões sobre as relações de gênero são demandadas. É preciso criar espaços transversais e transdisciplinares capazes de permitir que o conhecimento a partir da lógica feminina possa coabitar e ser igualmente potente que o conhecimento a partir da lógica masculina. É preciso, outrossim, de uma nova episteme.

Não se trata, com isso, de uma defesa de postura benevolente que concede à mulher o direito à palavra e à voz. Trata-se, por sua vez, de reconhecer que há mulheres que produziram perspectivas teóricas para explicar o fenômeno educativo igualmente relevantes. Argumenta-se sobre vozes masculinas numa profissão feminina e não discordamos disso; mas, é preciso construir reflexões sobre a capacidade que a voz masculina possui de ser um único elemento representativo da/na produção de conhecimento.

Em terceiro lugar, mas não menos importante, está o fato de as/os alunos/as requererem reflexões sobre gênero por ser um espaço majoritariamente feminino. Não ousamos discordar desse postulado, porém, gostaríamos de trazer à baila o fato de que as relações de gênero merecem ser exploradas e problematizadas e não reside no fato de ser um espaço feminino a única justificativa para isso.

Não podemos utilizar a ideia de criação de espaços generificados como aqueles ocupado mais pelas mulheres. Espaços ocupados exclusivamente por homens não são menos generificados por isso. Ou seja, precisamos trabalhar na perspectiva de desconstruir a ideia de que só os espaços aonde haja mulheres é que merecem ser pensados. Os silêncios sobre espaços tradicionalmente masculinos só fazem corroborar os pressupostos da masculinidade hegemônica, detentora de todo o poder de guiar os rumos da sociedade. Não é por ser um espaço majoritariamente ocupado pelas mulheres que faz do curso de formação de professores/as um espaço

generificado; generificados são todos os espaços sociais onde haja seres humanos, onde haja relações sociais.

Em síntese, considerando alguns elementos postos no curso em questão, é possível afirmar que as relações de gênero ainda se constituem como um campo de silêncio no currículo da formação docente, tal qual já havia sido denunciado, mais de vinte anos atrás, por Marlucy Paraíso (1997). Para além disso, é preciso reconhecer que esse silêncio se torna um grande elemento potencializador da produção e reprodução dos parâmetros de uma masculinidade hegemônica (CONNELL, 1995). Ou seja, ainda que reconheçamos que há subjetividades que não são atingidas da mesma maneira e com a mesma intensidade, a não abordagem do tema na formação docente enseja a continuidade de posturas e práticas ativamente opressoras. Precisamos “formar” nossos/as futuros/as professores/as de outra forma.

Notas

* André Luiz Sena Mariano é Doutor em Educação pela UFSCar (Universidade Federal de São Carlos). Professor Associado do Instituto de Ciências Humanas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Educação, ambos da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: senamariano@gmail.com

** Diego Duarte Ribeiro é Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Pró-Reitor Adjunto de Graduação da Universidade Federal de Alfenas. E-mail: tribocomunista@gmail.com

¹ Os nomes são fictícios e foram escolhidos pelos/as próprios/as entrevistados/as.

Referências

ADICHIE, Chimamanda. **Para educar crianças feministas**: um manifesto. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

AUAD, Daniela. **Feminismo**: que história é essa? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

CARVALHO, Maria Eulina P. **Gênero é um conceito complexo e de difícil sensocomunização**: considerações a partir de uma experiência de formação docente. *Instrumento* (Juiz de Fora), v. 12, p. 75-87, 2010.

CARVALHO, Maria Eulina P.; RABAY, Glória. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, 23(1): 312, pp. 119-136, jan./abr., 2015.

CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, v. 20, n.2, pp. 185-206, 1995.

FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney P. Quem está preparado para isso?... Reflexões sobre a formação docente para as homossexualidades. **Práxis Educativa**, v. 8, p. 295-317, 2013.

LORDE, Audre. **Sister outside**: essays and speeches by Audre Lorde. Berkeley: Crossing Press, 2007.

LOURO, Guacira L. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto – Portugal: Porto Editora, 2005.

PARAÍSO, Marlucy A. Gênero na formação docente: campo de silêncio do currículo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 102, nov.1997, pp. 23-45.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n.2, pp. 71-99, 1995.

Recebido em: julho de 2019.

Aprovado em: setembro de 2019.